

Unidade IV

7 A CRISE DOS ANOS 1970

No mundo pós-guerra, os avanços da ciência podiam ser traduzidos em técnicas e tecnologias que não necessitam ser compreendidos pelos usuários finais (Hobsbawm, 1995). A física quântica, desenvolvida por Einstein no começo do século, estava agora aplicada nos produtos do cotidiano e, para utilizá-los, não era necessário entender a teoria subjacente. A luta pela existência na Terra, impulsionada pela Guerra Fria, lançou as sementes para a corrida espacial: americanos e soviéticos disputavam, senão um lugar ao sol, ao menos um lugar na imortalidade do espaço.

A segunda metade do século XX também assistiria ao debate e à especulação sobre o próprio caráter do processo de conhecimento científico. Das teorias sobre falseabilidade de Popper, passando pela investigação das revoluções científicas e quebras de paradigma de Kuhn, os cientistas se perguntariam: o conhecimento leva à certeza ou apenas nos aproximamos, probabilisticamente, da verdade? É possível algum conhecimento certo e seguro sobre o mundo que nos cerca? Existe avanço no conhecimento científico? É a história da ciência uma linha de sucessivos aprimoramentos ou estamos sempre rompendo com o pensamento do passado? Como lidar com esse saber que, ao mesmo tempo em que se produz em circunstâncias e processos ainda desconhecidos, pode provocar o fim da humanidade? Aos poucos, formava-se uma nova mentalidade que tinha como escopo compreender os impactos sociais dos desenvolvimentos científicos, e que se construía a partir da percepção de que vivíamos em um mundo destinado ao progresso e, ao mesmo tempo, à destruição.

Naquele momento, o sistema de mercado é sinônimo de incontestável riqueza e desenvolvimento. Para os Estados Unidos, os anos posteriores ao final da II Guerra haviam sido nada mais do que a continuidade da estupenda *performance* que beneficiou o país nos anos de conflito armado, embora tenha sido notável o fato de que as taxas de crescimento fossem lentas, comparativamente às de outras nações. As economias dos países desenvolvidos caminhavam em direção ao plano emprego, finalmente atingido nos anos 1960: a crença era de crescimento e prosperidade contínua, não havendo por que duvidar que o desenvolvimento dessa década não se reproduzisse na década posterior (Hobsbawm, 1995). Mesmo as nações do bloco não capitalista cresciam, e a fome e miséria ainda não se faziam visíveis, apesar dos indícios de explosão populacional e de exclusão dos povos do Terceiro Mundo na repartição do bolo dourado do capitalismo (e essa exclusão se confirmaria nos anos 1980, apesar das taxas elevadas de crescimento na década de 1970 de países como o Brasil). Na década de 1960, a produção de manufaturas produzidas no mundo já havia se quadruplicado, e o comércio mundial dos produtos da industrialização havia se multiplicado por dez (Hobsbawm, 1995).

Ainda, os Estados Unidos impulsionavam o crescimento de outras nações, particularmente os perdedores da II Guerra – Alemanha Ocidental e Japão –, e as guerras intervencionistas (Coreia e

Vietnã, por exemplo) saciavam as necessidades expansionistas e de mercado das grandes corporações transnacionais¹. Mesmo os organismos internacionais criados ao final da década de 1940 (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial) estavam a serviço das políticas hegemônicas norte-americanas, até porque justificadas pelo êxito econômico de tais políticas².

Não havia tampouco qualquer temor em relação ao esgotamento dos recursos ambientais, esgotamento esse provocado pelo uso indiscriminado de fontes fósseis de energia: apenas anos depois, o primeiro choque do petróleo impulsionaria, de forma mais institucionalizada, as preocupações ambientais que se alastrariam pelo mundo nos anos 1980 e 90, embora, a princípio, a fragilidade e dependência das economias industrializadas em relação ao petróleo tenham gerado apenas revolta pelo aumento "absurdo" do preço do combustível; mesmo programas de pesquisa de fontes alternativas de energia não seriam geradas em função de preocupações ambientais, mas tão somente para diminuir os impactos dessa relação de dependência que parecia mortalmente ameaçada (como o programa de álcool no Brasil, explicitado no II PND).

Tanto quanto em outros momentos da história, o progresso se fazia perceber pelas inovações tecnológicas decorrentes dos desenvolvimentos científicos, e o uso da terra e de seus recursos nada mais era do que fruto do direito legítimo de o ser humano habitar o mundo e dele retirar o necessário, ou o mais que necessário. Os números relativos à posse de automóveis, telefones e outros bens industrializados (grande parte deles usando a tecnologia desenvolvida durante os anos de guerra) provavam o crescimento econômico e a disseminação do bem-estar para todos aqueles que houvessem (por bem ou por mal) adotado o modelo capitalista como exemplo. O crescimento desmedido camuflava outra realidade, a de que parcelas cada vez maiores da população estariam desempregadas em breve, especialmente em função do uso intensivo da tecnologia.

Nesse cenário, portanto, não havia por que se duvidar que o sistema de mercado não fosse a razão de ser da própria economia e, a partir desse ponto de vista, tudo aquilo que teria sido obstáculo ao surgimento da economia de mercado também seria responsável pelos obstáculos ao desenvolvimento da economia como ciência. A crise se faria anunciar em meados da década de 1970, com o esgotamento das políticas que combinavam liberalismo econômico e bem-estar social (que, na Europa, significou a eleição de vários governos sociais-democratas), e com o esquecimento das lições do período entre-guerras e da Depressão. O frágil equilíbrio entre o crescimento da produção e a capacidade de consumir a riqueza estava por implodir (Hobsbawm, 1995). A aliança entre o livre mercado e os mecanismos de controle do Estado (desde que não socialista ou comunista) havia sustentado os anos dourados do capitalismo no século XX, e as teorias econômicas keynesianas agora já não conseguiram mais salvar as economias à beira de processos inflacionários, desemprego e queda de produção.

¹ Conforme Hobsbawm (1995), essa transnacionalização tornaria visíveis as transnacionais, as atividades *offshore* e uma nova divisão internacional do trabalho.

² De acordo com Hobsbawm (*idem*), era função dessas instituições facilitar a inversão internacional no longo prazo, além de manter a estabilidade da moeda e da balança de pagamentos. Dessa forma, deixaram de adotar medidas concretas e eficazes para o controle de preços de produtos de primeira necessidade ou para a adoção de medidas destinadas à manutenção do pleno emprego.

Que processo inflacionário é esse? Ou em função do aumento do petróleo, da Guerra do Vietnã, ou por causa da quebra mundial de safras em 1973, os preços apresentaram violenta variação naquele período, elevando-se de forma generalizada. Embora a história já houvesse contabilizado outros momentos de inflação, eram apenas passageiros e transitórios, diferentes daqueles que penalizavam todas as economias do mundo, independentemente do grau de desenvolvimento. Agora, a inflação passava a ser considerada como crise. Uma crise monetária de excesso de moeda em circulação.

Aquela inflação de meados da década de 1970 parecia ter se transformado em problema crônico: em vez da vulnerabilidade à depressão, parecia agora que o capitalismo estava diante de outra vulnerabilidade, a da inflação.

O que se seguiu é do conhecimento de todos: ativos monetários sofrendo erosão, falências, tentativas de conter o processo via tributação ou via recessão, adoção de estratégias ortodoxas e heterodoxas. Tudo se tentou para secar a água que transbordava sem parar dos diques financeiros.

A inflação é caracterizada pela contínua, persistente e generalizada expansão do nível geral de preços. O processo de expansão dos preços, por sua vez, resulta em uma perda do poder aquisitivo da moeda e pode, com isso, causar sérios distúrbios à economia e à sociedade de forma geral. Geralmente, é um processo que prejudica as classes mais pobres da população, na medida em que beneficia as classes mais ricas, levando ao aumento do nível de desigualdade social (Mankiw, 2008).

Em períodos de inflação elevada, a moeda deixa de desempenhar uma de suas funções. Por funções da moeda, entendem-se meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Com a inflação, a última função da moeda, reserva de valor, fica prejudicada em decorrência do poder de compra ao longo do tempo. Imagine a seguinte situação: hoje você adquire um artigo qualquer, digamos uma bolsa, e paga por este artigo o valor de R\$ 100,00. Se amanhã, para adquirir a mesma bolsa, for necessário pagar o valor de R\$ 130,00, houve inflação e, dessa forma, torna-se necessário maior quantidade de moeda para adquirir a mesma mercadoria.

O excesso de moeda na economia pode ocorrer quando o governo incorre em déficit no orçamento ou aplica uma política expansionista com o interesse de aumentar a liquidez da economia. Bresser-Pereira e Nakano (1991, p. 74) explicam bem a relação déficit, moeda e inflação:

a forma mais linear de explicar a inflação é aquela que parte do déficit do orçamento do Estado para explicar o aumento da quantidade de moeda, o qual, por sua vez, determinaria a elevação dos preços. Na verdade, da mesma forma que a moeda, o déficit público também pode ser considerado um fator endógeno, uma consequência mais do que uma causa da inflação. O déficit público só seria uma causa ou fator acelerador de inflação se o aumento das despesas governamentais (ou a redução dos impostos) levar a uma pressão da demanda agregada sobre a oferta em condições de pleno emprego e plena capacidade.

Nas figuras 1 e 2 a seguir, podemos ver a inflação americana e as estatísticas de sua conta corrente.

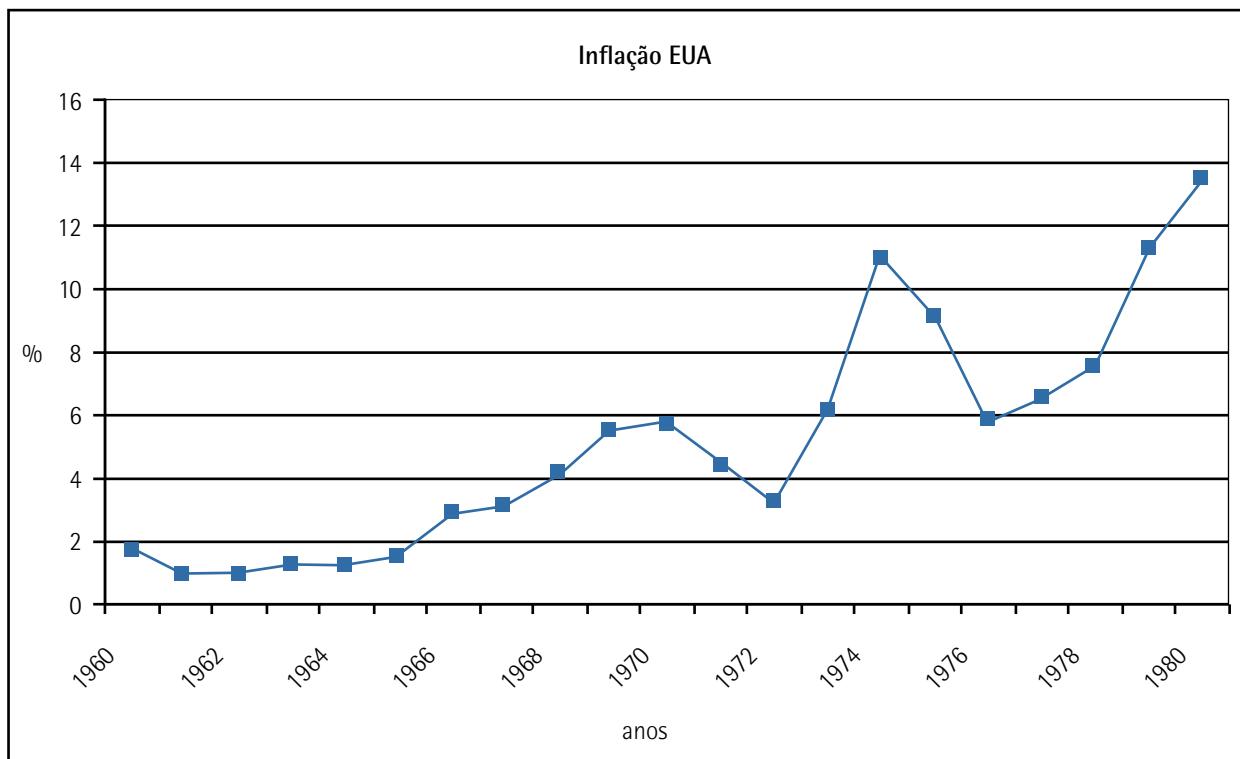


Figura 1. Inflação nos Estados Unidos³.

Vê-se claramente que, entre 1960 e 1966, a inflação americana apresenta basicamente o mesmo patamar; entre 1968 e 1970, há ligeira elevação e, no período que se seguiu até meados de 1973, uma posterior queda. Com a eclosão da crise do petróleo, há uma subida expressiva nos índices de inflação que, apesar de arrefecer entre 1975-76, mostra nova tendência de subida para a década seguinte. Possivelmente, a explicação para tal fato envolve a expansão de gastos públicos para financiar a produção, expansão essa que vinha se acumulando desde o período do *New Deal* e desde a ação deliberada do Estado em recuperar a economia. Tais políticas expansionistas, combinadas com novas emissões de moeda para pagamentos mais vultosos em barris de petróleo, contribuíram para o excesso de moeda em circulação e, dessa forma, para o crescimento dos preços das mercadorias. A figura 2 retrata os recorrentes déficits em conta corrente que a economia americana novamente experimentaria.

³ Disponível em: http://www.clubeninvest.com/bolsa/show_futures_technical_analysis.php?id=669. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

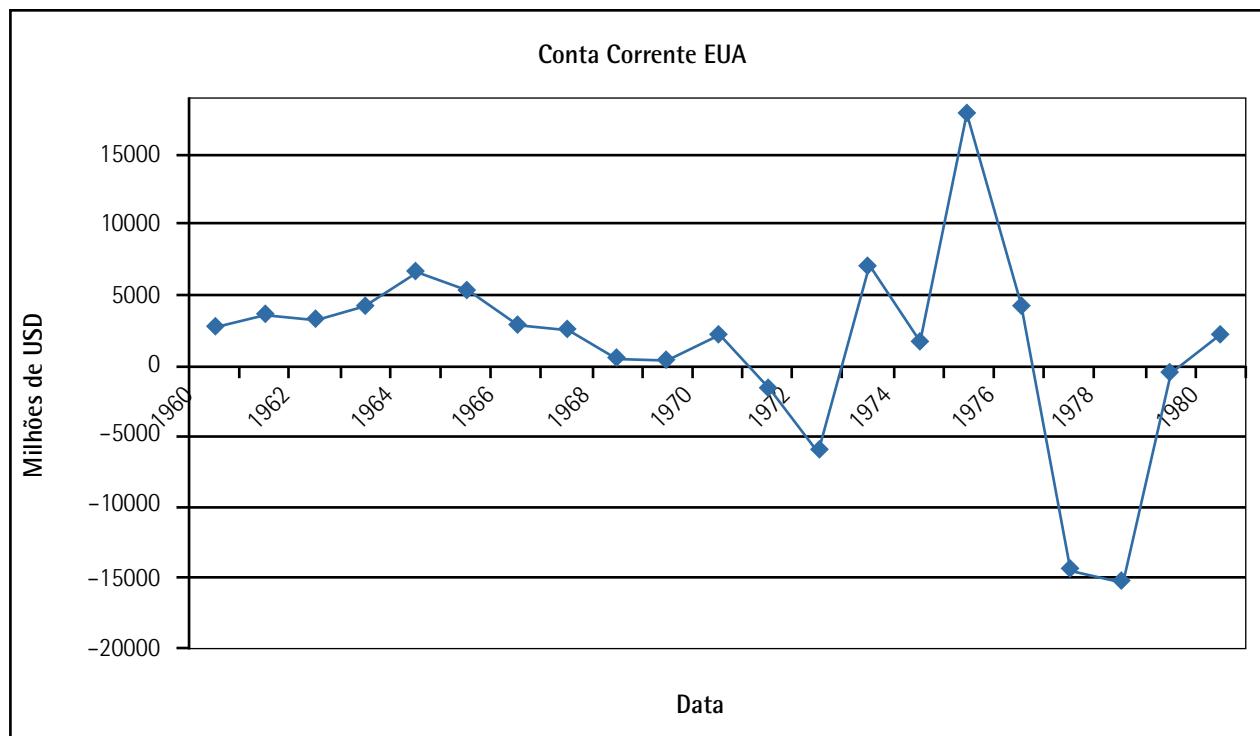


Figura 2. Conta corrente nos Estados Unidos⁴.

Com efeito, percebe-se que, até o início da década de 1970, a economia americana apresentava superávits em conta corrente, saldos modestos, mas positivos. Desse período em diante, percebe-se grande oscilação de déficits e superávits.

Agora: por que existe inflação? Quais suas causas? Podemos dizer que há, genericamente, três tipos de inflação: de demanda, de custos e inercial.

Por inflação de demanda entende-se uma subida de preços de produtos influenciada pelo crescimento da demanda desse produto hipotético. Conforme Samuelson (1979), a inflação de demanda, ou de consumo, é causada pelo crescimento dos meios de pagamento não acompanhado pelo crescimento da produção. Nesse caso, os preços tendem a aumentar devido à limitação da oferta de bens, levando assim a um novo patamar de preços.

Conforme destaca Ribeiro (1990), uma das características da inflação de demanda é que ela ocorre em períodos de expansão da economia. Exemplo disso foi o milagre econômico brasileiro, no qual o governo investiu fortemente na industrialização do país, elevando os níveis de produção e superando períodos anteriores. Como consequência direta, ocorreu queda no desemprego e aumento do consumo, esse último caracterizado pelo poder de compra dos agentes em função do aumento de renda acompanhado da crescente oferta de trabalho.

⁴ Disponível em: http://www.clubeninvest.com/bolsa/show_futures_technical_analysis.php?id=669. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

Há também a inflação causada por um choque de oferta. Ocorre quando os custos de produção aumentam, ou seja, quando se paga mais para produzir determinados bens ou ofertar determinados serviços. Esses aumentos podem ser causados por pagamento de salários, se forem reajustados acima da correção monetária do período, ou por força dos sindicatos, ou pela carga tributária incidente sobre a produção ou sobre os custos dos insumos básicos de produção, ou pelos preços dos aluguéis, ou pela condição climática desfavorável que diminui a produção de produtos agrícolas, entre outros. A esse tipo de inflação chamamos inflação de custos.

Outro ponto que merece atenção é o poder que as empresas monopolistas possuem de causar uma alta generalizada dos preços: por terem o domínio do mercado, elevam o preço de seu produto, obrigando a população a gastar mais em determinado bem. Nesse caso, o aumento dos preços não diminuirá a quantidade demandada do bem por se tratar de um produto inelástico, ou seja, aquele produto que sofre pouca ou nenhuma variação nas quantidades demandadas em função de qualquer variação em seu preço.

O outro tipo de inflação, inflação inercial, é caracterizada por evoluir mesmo em período de recessão. Esse tipo de inflação difere das outras justamente por atingir determinado estágio inflacionário e ser alimentado pela capacidade das empresas em manter seus lucros, mesmo com o aumento dos custos, situação essa que gera um conflito distributivo. Uma observação a ser feita acerca da inflação inercial é que ela tende a se manter em determinado patamar por um determinado período, depois volta a crescer e, finalmente, se estabiliza em um novo patamar por algum tempo. Esse processo ocorre porque as correções dos preços satisfazem os agentes por um determinado tempo, ou seja, essas correções elevam a participação dos agentes na renda.

Países da América Latina sofreram muito com todo o processo inflacionário desenvolvido pelas economias mundiais durante a década de 1970 e a seguinte, 1980. Chegaram a desenvolver um fenômeno conhecido como hiperinflação. Até a década de 1980, o Brasil viveu sob um padrão de desenvolvimento que promoveu a industrialização e proporcionou elevadas taxas de crescimento do produto. Nesse modelo, o Estado promovia o desenvolvimento, mas à custa da fragilização da economia, já que o endividamento externo aumentava cada vez mais. A crise da dívida externa causou o fim do padrão de financiamento anterior, bem como do modelo de desenvolvimento.

Na mesma América Latina, por exemplo, só se conseguiu efetivar o controle da inflação já em meados da década de 1990, com a compreensão do mecanismo de inércia inflacionária. Para o mundo, ficou a herança do fim dos acordos de Bretton Woods: pressionados pela inflação de sua própria moeda, os Estados Unidos não podiam mais manter a paridade com o ouro. Um novo mundo estava prestes a surgir.

7.1 O discurso globalizador

Durante o século XVI, período em que se desenvolve a Revolução Comercial e ocorre a consolidação do pensamento mercantilista, as teorias explicativas das relações comerciais prescreviam que cada nação deveria exportar o máximo e importar o mínimo para que fosse mantido saldo positivo em sua balança comercial. Nesse contexto, o comércio longínquo era visto como fonte de riqueza dos

países. Conforme Dowbor (1990) e Singer (1989), esse comércio trazia dois efeitos sobre a estrutura sócio-político-econômica da Europa.

O primeiro desses efeitos era o fluxo de metais preciosos para a Europa, pois a quantidade de ouro chegou a dobrar em meados do século XVI. Como a produção de bens pouco se alterava, havia uma elevação de preços e redução dos rendimentos dos senhores feudais pois,

nesta época, os senhores feudais recebiam as contribuições anuais dos servos ainda em trabalho e em produtos, mas a forma dominante já era de simples pagamento, em moeda, de uma taxa fixa por pessoa. Ao dobrar a quantidade de ouro, enquanto a produção de bens permanecia pouco alterada, os preços duplicaram (...), reduzindo pela metade os rendimentos dos senhores feudais (Dowbor, 1990, pp. 26-27).

O segundo desses efeitos era o reforço da produção, vez que

a rápida acumulação de capital nas mãos dos comerciantes e a abertura dos mercados internos criam uma situação em que há ao mesmo tempo a procura pela produção e a procura pelos meios para desenvolver esta produção (*ibidem*).

O comércio internacional, por meio da abertura dos portos, passava a ser encarado como uma disputa por uma quantidade, necessariamente limitada, de metal precioso, disputa na qual cada país só poderia obter vantagens à custa dos demais.

Enquanto no século XVI os mercantilistas ainda viam a aquisição de ouro e da prata como forma mais importante de enriquecer o país, a própria necessidade de dispor de cada vez mais produtos para exportar e adquirir o ouro gerou outra visão em relação ao que seria a fonte de riqueza: a capacidade de produzir.

No século XVIII, a Inglaterra tinha um mercado interno comparativamente muito desenvolvido, em que se procurava produzir cada vez mais, para vender a preços mais baixos e obter lucros crescentes. Além disso, a busca por maiores lucros, conjugada com o aumento das vendas, foi também estimulada pela demanda externa por bens produzidos na Inglaterra, dando motivos para a explosão de inovações tecnológicas então ocorridas (Hunt, 2005).

Como vimos em páginas anteriores, a Revolução Industrial fez com que se generalizasse a utilização da tecnologia ao desenvolver a produção de ferramentas, especializando e modernizando a produção manufatureira, promovendo nos países desenvolvidos o processo de enriquecimento cumulativo, conquistando novos mercados a cada progresso técnico da sua indústria, invadindo diversas partes do mundo com produtos manufaturados e estimulando a industrialização (Dowbor, 1990).

Em 1776, com *A riqueza da nações* de Adam Smith e, em 1817, com *Princípios de economia política e tributação* de David Ricardo, ocorre uma transformação no pensamento econômico. Incorporando os fatos e os valores da Revolução Industrial, forma-se a teoria clássica do liberalismo. Segundo ela, entre outros aspectos, os capitalistas não deviam buscar a intervenção do Estado central na economia, dado o

declínio de políticas mercantilistas que dependiam de forte regulamentação do Estado. Assim, o sistema econômico livre do Estado permitia que cada capitalista e trabalhador buscassem o seu próprio interesse no mercado. Há o início do período em que se aconselha o *laissez-faire, laissez-passer*, que Dowbor (1990) identifica como a recomendação da irrestrita abertura dos portos, mercados – entre as nações – fato que, na época, favorecia o poder industrial inglês.

A abertura dos portos, ou dos mercados, seria importante pois, como enfatiza Smith (1996, p. 77),

quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação porque não pode permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade.

Ainda para Smith (1996, p. 420),

(...) com plena segurança, achamos que a liberdade do comércio, sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do governo, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e a prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades.

O que é possível depreender disso? Com esse argumento, temos que o comércio externo beneficiaria todos os países participantes já que, em primeiro lugar, daria escoamento para a produção excedente de manufaturados caso não existisse demanda interna; em segundo lugar, valorizaria, no mercado externo, mercadorias que poderiam tornar-se supérfluas no mercado interno, e em terceiro lugar, o comércio externo provocaria a elevação da produção, "aumentando assim a renda e a riqueza reais da sociedade" (Smith, 1996, p. 430).

Conforme Manzalli (2000), já na segunda metade do século XIX a economia dos países então desenvolvidos atingiu a maturidade e, nos tempos e nos padrões de um capitalismo industrial ainda caracterizado por mercados dominados por empresas de porte relativamente pequeno, alcançou também um grau elevado de evolução tecnológica. Importantes mudanças se verificam nos setores de siderurgia, metalurgia, mecânica e ferrovias e, com a capacidade produtiva crescente nestas indústrias, aumenta-se a necessidade de mercados para o escoamento da produção e a necessidade de matérias-primas baratas. É um tempo em que os países desenvolvidos passam a fornecer aos países subdesenvolvidos estradas de ferro e pequeno equipamento industrial. Assim, as economias capitalistas mais avançadas conseguiam exportar os processos que haviam sido o eixo principal de sua expansão e modernizavam a extração de matérias-primas via exploração intensiva.

Se fosse possível aqui fazer um apanhado das teorias explicativas da importância das relações internacionais entre países, retomaríamos a teoria das vantagens absolutas, de Smith, e a teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo: cada país deveria se especializar na produção de mercadorias com maiores vantagens naturais ou adquiridas na produção. Poderíamos nos apoiar também nas ideias

dos mercantilistas que pregavam que o comércio exterior era uma maneira de obter mais metais preciosos. Ademais, com as teorias neoclássicas do comércio internacional, bem como com as teorias marxistas, veríamos que a tendência à internacionalização da economia seria uma ideia e um fato antigo e, conforme as economias se especializavam em determinados produtos e trocavam estes produtos entre si, conseguiam atingir um nível mais elevado de produtividade, consumo e acumulação de capital, ainda que com distribuição não homogênea entre os países envolvidos no processo (Manzalli, 2000). Desse modo, o conceito de internacionalização está ligado à possibilidade de comércio entre países, facilitado pelo desenvolvimento dos meios de transporte, e resultando na interdependência de uma economia às outras, com relação a mercados.

Por que estamos tratando disso? Porque vivemos na era da globalização, se assim for possível chamá-la. De acordo com Chesnais (1996) e Mattei (1997), o termo globalização surgiu no início dos anos 1980 nas escolas americanas de administração de empresas, dando significado a uma nova ordem mundial única, representando um processo de interdependência e interação entre países e povos no que diz respeito às relações produtivas, comerciais, financeiras, tecnológicas e culturais, interligando o mundo a partir dos meios de comunicação.

Conforme Manzalli (2000), podemos entender que o processo de internacionalização diz respeito à capacidade de os países manterem relações comerciais entre si, seja no âmbito da produção, no das informações ou no financeiro, na medida em que se dá o desenvolvimento do capitalismo e, portanto, da concorrência: afinal, torna-se necessária a manutenção de boas relações internacionais.

Já o processo de globalização, para o mesmo autor, pode ser entendido como um aprofundamento do processo de internacionalização, uma vez que as relações internacionais são um processo extremamente antigo. A diferença é que, agora, há o desenvolvimento de um maior padrão tecnológico e concorrencial, bem como há maior facilidade advinda dos meios de comunicação e transportes: visto dessa forma, o processo de globalização significaria, portanto, maior intensidade na interdependência entre economias.

Da mesma forma que estamos vivendo a era da globalização, vivemos também a era em que o Estado não mais se apresenta como nos tempos do *welfare state*. Vemos agora um retorno às práticas liberais de períodos anteriores.

Inspirado no liberalismo dos séculos XVIII e XIX, o neoliberalismo de agora reafirma valores que "defendem a menor intromissão do Estado na dinâmica de mercado, devendo o poder público se voltar para um conjunto limitado de tarefas, tais como a defesa nacional, a regulação jurídica da propriedade e a execução de algumas políticas sociais" (Barbosa, 2006, p. 88). Quase que em oposição ao estado do bem-estar, aqui se preconiza o estado mínimo: mínima intervenção, mínimas barreiras ao livre-comércio, impostos mínimos, benefícios sociais mínimos. Sobreviverão os países que melhor souberem aproveitar as oportunidades do mercado. Sobreviverão as empresas que mais rapidamente encontrarem vantagens competitivas. Sobreviverão os que forem mais capazes.

Tal mudança no comportamento do Estado, de interventor para neoliberal, dá-se em função do período de crise vivenciado pelas economias capitalistas dos anos 1980, da década perdida e do período

de elevação do endividamento público. Também concorre para essa mudança o processo de inflação galopante, sendo ela a maior característica do período.

Como o Estado acaba, de forma generalizada, assumindo boa parcela de culpa em relação à estagnação que se seguiu o período pós-milagres, a década de 1990 será a dos ajustes: fiscal, monetário e administrativo. Tais ajustes requererão certo distanciamento do Estado como produtor de mercadorias que, para tanto, adotará a privatização como regra dominante. Da mesma forma, o Estado não mais se coloca como "o pai da sociedade", mas apenas como regulador da economia. Assim, retornaremos ao período do marginalismo e da liberdade ao agente econômico, ficando para este último as decisões de produção e de comercialização da produção.

O período do neoliberalismo será bem visto por uns como uma nova forma de gerenciamento da economia e, por outros, como um retrocesso com relação às conquistas sociais do passado. Da mesma forma que a era da globalização solicita modernidade, não só em termos de produção e comercialização da produção, mas também no âmbito político, deixa em seu rastro terrorismo, fome, guerra, governos ditatoriais. Todos esses são fatores que criam obstáculos à globalização econômica.

Entre outros conceitos de globalização, Ianni (1997) traz para discussão conceitos inovadores que nos remetem a diferentes pontos de vista sob os aspectos sociais, econômicos, políticos e até religiosos. Vejamos.

Na época da globalização, o mundo começou a ser taquigrafado como "aldeia global", "fábrica global", "terra pátria", "nave espacial", "nova babel", entre outras expressões que ele chama de "metáforas da globalização", que correspondem às conquistas e dilemas da modernidade e expressam inquietações sobre o presente e ilusões sobre o futuro (Ianni, 1997, pp. 15-16).

Baumann (1996) sustenta que a dificuldade em conceituar o que realmente designa o processo de globalização está na variedade de significados que se têm atribuído às transformações, já que se trata de um processo que impacta diversas áreas da economia. Para ele, o *start* inicial para a globalização ocorreu devido a alguns acontecimentos e às condições favoráveis ao crescimento do comércio internacional pós-II Guerra Mundial. A economia mundial tem passado por transformações desde o pós-guerra: na esfera técnico-produtiva, dado o avanço tecnológico; na esfera financeira, dado o movimento de "financeirização da riqueza", ou, como chama Chesnais (1996), dada a "indústria das finanças"; na esfera comercial, cujo fluxo do comércio mundial é altamente crescente; e, na esfera organizacional das empresas, provocando uma mudança de paradigma produtivo nas economia capitalistas.

Conforme Manzalli (2000), todas essas transformações são decorrentes de um ajuste macroeconômico e industrial que foi efetuado por países centrais – leia-se Estados Unidos, Japão e Alemanha – logo após a II Guerra Mundial, como resposta à crise financeira internacional derivada do primeiro choque do petróleo em 1973.

A crise do petróleo promovida pelo cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) fez com que diversas economias capitalistas entrassem em decadência, em função dos elevados

endividamentos gerados pela subida dos preços desse fator de produção. Com a subida dos preços do barril do petróleo, diversos países passaram por crises recorrentes em balanço de pagamentos devido à maior quantidade de dólares que eram requeridos para pagamento de importações de petróleo, insumo de produção utilizado de forma intensa por empresas.

Baumann (1996) sustenta que algumas áreas sofreram mudanças advindas dos movimentos da globalização e diz ser necessário conhecer seus aspectos estritamente econômicos. No campo comercial e produtivo, é importante levar em consideração os fluxos de investimentos externos diretos entre empresas transnacionais e suas subsidiárias, já que essas últimas contribuem em grande parte para a atividade econômica mundial.

Mas, se o fim da história é o aqui e agora, se a Guerra Fria teve fim, se o receituário de Washington é tão bom, como será possível que um modelo como o globalizador possa encontrar dificuldades na sua propagação pela aldeia global? Talvez porque, mesmo em tempos de paz (se é que se pode chamar de pacífico o século em que vivemos), "a construção de uma economia de mercado e instituições democráticas não é tarefa fácil" (Barbosa, 2006, p. 84). Corrupção, desmandos e eleições fraudulentas parecem conspirar contra os valores democráticos. Alguns adversários dos valores neoliberais, se não conspiram, ao menos torcem para que o projeto globalizador dê com os burros n'água. Mas, afinal, o que é neoliberalismo?

O termo surge na escola austríaca do pensamento econômico com a figura de Friedrich August von Hayek e seu *O caminho da servidão*, mas, como prática, somente períodos mais tarde. Essa escola de pensamento pregava, inicialmente, a menor participação do Estado na condução da economia, dando total importância às leis de mercado como aquelas que levariam as economias capitalistas ao equilíbrio.

A crença de que problemas recorrentes com subdesenvolvimento, inflação e endividamento público são consequências da ineficiência da gestão governamental, é levada a cabo diante das políticas de privatização e transferência ao capital privado de empresas estatais, até então por uns consideradas não rentáveis e, por outros, verdadeiros "elefantes". Somam-se a isso políticas fiscais contracionistas, como a elevação de tributação e a diminuição de despesas e investimentos, e as políticas monetárias também restritivas (caracterizadas pela elevação das taxas de juros com o interesse de diminuir investimentos produtivos e de aumentar a expansão do crédito favorável ao capital especulativo).

Outro tipo de política também será usada, a política cambial, em favorecimento às importações de mercadorias com o objetivo de fazer com que o empresariado nacional baixe os preços de venda de sua produção. Outro objetivo dessa política será o de aumentar a saída de dinheiro do país, via pagamento de importações, fazendo com que seja diminuída a renda interna e, consequentemente, diminuída a circulação de moeda nas economias nacionais.

Como resultado das políticas neoliberais, vê-se avanço em questões econômicas como a da estabilidade de preços, mas poucos avanços com medidas e consequências favoráveis ao lado social. No âmbito do neoliberalismo, a sociedade fica para segundo plano. O que importa, realmente, é a estabilidade financeira.

Aparentemente, muito da fala neoliberal não encontrou eco nos diversos continentes em que se propagou, quer dizer, muito do receituário neoliberal se perdeu no caminho em função da recusa do paciente ao qual se pretendeu administrá-lo: assim é que, apesar do discurso globalizador, os Estados nacionais continuam firmes e fortes. Assim é que, apesar da defesa da mão invisível do mercado, o Estado vem sendo chamado para apagar o fogo das crises cíclicas e globais do capital. Contrariamente à teoria do fim das barreiras geográficas, é ao Estado que foi atribuída a tarefa de

impedir que o processo de globalização instaure uma sociedade segmentada entre incluídos e excluídos. Para isso, os Estados nacionais (...) [investem] em ciência e tecnologia, qualificação profissional, (...) [e estimulam] os seus sistemas produtivos, aumentando a competitividade do país, além de erradicar os bolsões de miséria (Barbosa, 2006, p. 92).

A ação conjunta de organismos internacionais e multilaterais também é, ao mesmo tempo, disseminadora e controladora do fenômeno da globalização. Embora a intervenção econômica aconteça por meio do FMI e do Banco Mundial, outros organismos vêm buscando formas alternativas de auxílio aos países em desenvolvimento ou em dificuldades: são os fóruns, as organizações não governamentais, as diversas agências da ONU e até mesmo bancos e instituições privadas. A Organização Mundial do Comércio (OMC), herdeira dos primeiros acordos do GATT (sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio), também tem se pautado no sentido de funcionar como tribunal das contendas comerciais entre países. Afinal, "se não forem criadas novas leis e mecanismos que permitam maior autonomia e maior participação no crescimento do comércio para os países subdesenvolvidos, cedo ou tarde estes países" (Barbosa, 2006, p. 97) poderão optar por outros modelos de desenvolvimento.

O discurso neoliberal também encontra dificuldades para garantir sua hegemonia ideológica ao não responder de forma adequada ao problema da fome e da miséria que assolam o mundo. Segundo Judensnaider (2009), informações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) revelam que

são aproximadamente 920 milhões de famintos no mundo e, deste total, aproximadamente trinta por cento são crianças. Na Cúpula do Milênio, a meta estabelecida era de reduzir a fome pela metade até o ano de 2015. Dentre as recomendações da Força-Tarefa Contra a Fome, preconizou-se o planejamento e execução de políticas integradas para agricultura, nutrição e desenvolvimento rural, acesso à terra, intensificação de pesquisas, apoio à pequena propriedade e à agricultura de subsistência, programas de assistência e proteção com foco nas grávidas, lactantes, bebês e crianças, restauração e conservação dos recursos naturais essenciais para a segurança alimentar. Ao final de 2008, já se considerava a meta impossível de ser atingida (...)⁵

⁵ Qual o custo de um programa sério como esse? Algumas fontes mensuraram aproximadamente 25 milhões de dólares por ano para a obtenção dessas metas até 2015. Bem menos que os 3 trilhões de dólares estimados por Joseph Stiglitz e Linda J. Bilmes em relação ao custo da Guerra no Iraque até agora e detalhadamente estudados em *A guerra de US\$ 3 trilhões – O custo real do conflito no Iraque*.

É a fome que pode ser mapeada e o quadro revelado por esse mapa é extremamente desfavorável do ponto de vista da desigualdade social: evidência empírica disso é a ocorrência de verdadeiros bolsões de fome nas regiões centrais da África e da Ásia.

Miséria gera mais miséria. Coincidentemente, é também a região africana a que mais sofre com a escassez de água, esse bem que um dia foi livre de valor econômico e que, no futuro, provavelmente será o mais precioso da humanidade. É a contrapartida à promessa de um mundo justo, em que as riquezas se distribuíram naturalmente, sob força das mãos invisíveis da economia do mercado. Segundo Barbosa (2006, p. 107),

o aumento da desigualdade entre países ricos e pobres e o crescimento da pobreza tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos esteve relacionado à abertura dos mercados e ao crescimento desordenado da esfera financeira, propiciando a expansão do desemprego e do emprego informal na grande maioria dos países, ainda que em ritmos e com significados diferentes.

Segundo Ianni (1997, p. 205), "a sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório (...), que se expressam diversidades, localismos, singularidades, particularismos ou identidades". E, tão complexas são as suas características que, desde 1990, economistas vêm procurando estudar as diferenças sociais a partir de outros parâmetros que não os de Produto Interno Bruto (PIB) ou renda média.

Assim, desenvolveu-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice que busca medir o desenvolvimento humano a partir de algumas variáveis:

Além de computar o PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países) (PNUD Brasil)⁶.

O IDH varia de zero a um, de tal forma que, quanto mais próximo de zero, menor o desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento do ponto de vista não apenas do avanço econômico, mas de outras características, tais como sociais, culturais e políticas, indicadoras da qualidade de vida. A figura 3 indica a posição dos países com maior, menor e médio IDH.

⁶ Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

Índice de desenvolvimento humano 2005			
Desenvolvimento humano alto		Desenvolvimento humano médio	Desenvolvimento humano baixo
1 Noruega	11 Japão	63 Brasil	169 Burundi
2 Islândia	15 Reino Unido	72 Albânia	170 Etiópia
3 Austrália	16 França	75 Venezuela	171 República Centro-Africana
4 Luxemburgo	18 Itália	85 China	172 Guiné-Bissau
5 Canadá	20 Alemanha	88 Paraguai	173 Chade
6 Suécia	34 Argentina	113 Bolívia	174 Mali
7 Suíça	37 Chile	127 Índia	175 Burkina Fasso
8 Irlanda	46 Uruguai		176 Serra Leoa
9 Bélgica	47 Costa Rica		177 Níger
10 Estados Unidos	52 Cuba		
	53 México		

Figura 3. Índices de Desenvolvimento Humano, 2005⁷.

É a aldeia global, o grande cinema multidimensional em que cidadãos de primeira linha assistem ao mundo das primeiras poltronas confortáveis, enquanto os restantes se comprimem para tentar enxergar algo. É o capitalismo em que se observam diferentes riquezas e semelhantes misérias, e que chega aos nossos olhos como uma fotografia precisa das diferenças e desigualdades sociais desse admirável mundo novo que, por enquanto, reside apenas nas nossas esperanças.

-----EXERCÍCIOS-----

- 1) (Enade 2010, Serviço Social, p. 10) O pensamento neoliberal defende uma segmentação entre as esferas do Estado e do mercado. O neoliberalismo entende a existência e permanência das questões econômicas no âmbito do mercado, enquanto ao Estado cabem os processos da política formal e, eventualmente, algumas atividades sociais. Desse modo, trata-se de uma concepção do Estado como público e de tudo o que não é estatal como privado. Nesse sentido, o modelo de Estado que mais se aproxima ao ideal ao pensamento neoliberal é aquele que:
 - a) centraliza o poder de dirigir os interesses particulares de frações da população, não toma conhecimento da atuação da sociedade civil e tem como meta a luta contra a tirania da maioria;
 - b) promove a democracia governada, restringe a participação política ao silencioso ato eleitoral e assegura a legitimação total da dominação da sociedade;

⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/images/20050906-idh.gif>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

- c) amplia suas responsabilidades no tratamento da questão social, prioriza a questão econômica como determinante do sistema e se distancia da sociedade;
- d) reduz suas intervenções no campo social, apela à solidariedade e se apresenta como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais;
- e) fornece a estrutura necessária para a livre concorrência do mercado, atua de forma descentralizada e reconhece a universalização dos direitos sociais a todos os cidadãos.

2) Leia o fragmento a seguir.

Suponhamos que você vá com seus amigos comer um *cheeseburger* e tomar Coca-Cola no McDonald's. Em seguida, assiste a um filme de Steven Spielberg e volta para casa num carro Ford ou num ônibus Mercedes. Ao chegar, o telefone toca. Você atende num aparelho fabricado pela Siemens e ouve um amigo lembrando-o de um videoclipe que começou há instantes na televisão: Michael Jackson em seu último lançamento. Você corre e liga o aparelho da marca Mitsubishi. Ao terminar o clipe, decide ouvir um CD do grupo Simply Red gravado pela BMG Ariola Discos, de propriedade da Warner, em seu equipamento Philips.

O texto retrata o cotidiano no início da era da globalização contemporânea, na década de 1980, sobre a qual é incorreto afirmar que:

- a) constitui um processo ainda em curso de integração de economias e mercados nacionais;
- b) implica certa interdependência de países e de pessoas, além da tendência à uniformização de padrões de consumo em âmbito mundial;
- c) as pessoas podem usufruir de todos os produtos da economia globalizada porque a riqueza social é melhor distribuída;
- d) as pessoas dependem crescentemente de mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial;
- e) configura-se como uma das várias dimensões próprias do sistema capitalista.

3)

Não seria exagerado dizer que a criação de um sistema econômico mundial começa a se desenhar a partir da última década do século XV, com o descobrimento da América e a chegada dos portugueses ao Oriente por via marítima. Aliás, foram esses mesmos portugueses que reintroduziram, na Europa, produtos orientais como o açúcar, o chá, a pimenta, a sombrinha, a porcelana, bem como os leques chineses e os tapetes árabes, como relata o sociólogo Gilberto Freyre. Uniram também o Velho Mundo (Europa e Oriente) ao Novo Mundo (as Américas) (Barbosa, 2006).

Nessa passagem, o autor evidencia ser favorável à interpretação segundo a qual:

- a) a globalização constitui uma característica do capitalismo, tendo se originado na fase comercial deste;
- b) a globalização constituiu uma característica de todas as sociedades humanas ao longo do tempo;
- c) a globalização constitui uma característica específica do capitalismo no Oriente, desde o século XV;
- d) a globalização constitui uma etapa específica da história do capitalismo, exclusiva da Idade Moderna;
- e) a globalização não constitui uma característica exclusiva do sistema capitalista, pois pode ser encontrada em sua forma plenamente delineada desde épocas muito remotas nos países árabes e na China.

Resolução dos exercícios

1. d) reduz suas intervenções no campo social, apela à solidariedade e se apresenta como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais;

A alternativa A está incorreta, pois vivenciamos atualmente uma descentralização de poderes. A B também está incorreta, pois não há promoção de uma democracia governada, mas, sim, o imperativo das leis de mercado. Isso combina com a alternativa C, que também é incoerente pois, conforme o corretamente indicado em D, houve redução de intervenções no campo social sem fornecer estrutura adequada à livre concorrência, como, de forma incorreta, sugere a alternativa E.

2. c) as pessoas podem usufruir de todos os produtos da economia globalizada porque a riqueza social é melhor distribuída.

Nem todas as pessoas podem usufruir dos benefícios da economia globalizada e nem toda a renda é mais bem distribuída.

3. a) a globalização constitui uma característica do capitalismo, tendo se originado na fase comercial deste.

A B está incorreta, pois não se pode afirmar que a globalização é uma característica de todas as sociedades humanas: há áreas do mundo que não foram globalizadas. O que invalida a alternativa C é fazer referência ao Oriente. O mesmo acontece com a alternativa D, que faz referência à Idade Moderna. A alternativa E também está incorreta, pois a globalização constitui uma característica exclusiva do sistema capitalista.

8 O QUE AINDA HÁ PARA DISCUTIR?

8.1 As fronteiras de possibilidade de produção

Se a crise de 2008 já nos parece coisa do passado, suas repercussões, especialmente em termos dos índices de emprego, ainda não o são. Segundo Marco Cintra, economista,

o relatório da OIT aponta que em economias ricas como os Estados Unidos, Canadá, União Europeia, Japão, entre outras, os desempregados adicionais poderão variar entre 4 milhões e 11 milhões de pessoas. No Leste e Sul da Ásia, o desemprego pode atingir entre 8 milhões e 26 milhões de trabalhadores. Na Europa Oriental, Oriente Médio e África, esse contingente ficaria entre 3 milhões e 10 milhões. (...) Os dados da OIT revelam que a turbulência econômica mundial iniciada nos Estados Unidos terá um impacto mais devastador sobre o mercado de trabalho nos países ricos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de desempregados hoje já é de 12,5 milhões de pessoas, sendo que esse contingente era de pouco mais de 7 milhões em 2007. Na Europa, o desemprego atingiu 8% em dezembro do ano passado, a mais alta dos últimos dois anos, e no Japão, a indústria anuncia com frequência cortes de funcionários e a estimativa é que cerca de 30 mil *dekasseguis* voltem ao Brasil por conta disso⁸.

Além disso, outros dados e estatísticas não nos permitem vislumbrar o futuro brilhante outrora anunciado pelo Consenso de Washington. Embora o sistema capitalista esteja mais vivo do que nunca, vozes de políticos, economistas e demais cientistas vêm se pronunciando no sentido de alertar: há que se tomar cuidado com os desniveis criados pela própria atividade econômica, desniveis esses que funcionam quase como desconexões criadas pelo próprio sistema de mercado.

São três os principais focos do problema. O primeiro se refere à relação entre produção e emprego. Num mundo onde a concorrência e o mercado impelem as empresas em direção à inovação e produtividade, é esperado que o aumento da produção não necessariamente esteja correlacionado ao aumento do emprego. A tecnologia aumenta a produção, mas não cria postos de trabalho, ao menos não na mesma proporção. O uso de maquinário na agricultura e indústria diminui as oportunidades de uso intensivo de mão de obra e o desemprego torna-se alarmante, relegando à margem milhões e milhões de trabalhadores que deixam de consumir até mesmo o mínimo necessário para a sobrevivência.

O segundo problema diz respeito ao desnível entre produção e recursos naturais. São esses os recursos que, juntamente com o capital, a mão de obra, a tecnologia e a capacidade empresarial, determinam as combinações possíveis das curvas de possibilidades de produção, bem como os avanços ou retrocessos de suas fronteiras.

⁸ Disponível em: http://www.dm.com.br/materias/show/t/desemprego_no_mundo_e_no_brasil. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

Para Judensnaider (2009),

Segundo o WWF-Brasil, o balanço das condições ambientais revela que "caso o modelo atual de consumo e degradação ambiental não seja superado, é possível que os recursos naturais entrem em colapso a partir de 2030, quando a demanda pelos recursos ecológicos será o dobro do que a Terra pode oferecer"⁹. A mesma fonte afirma: nossa pegada ecológica (área necessária para produzir o que consumimos em termos de recursos naturais e absorver as emissões de carbono) excede perto de 300% a capacidade de regeneração do mundo. Essa é a crise real. Uma estatística interessante (também divulgada pelo WWF-Brasil) mostra que uma camiseta de algodão requer 2.900 litros de água para ser produzida. A permanecer as atuais taxas de consumo e crescimento populacional, o esgotamento dos recursos hídricos mundiais pode ocorrer por volta de 2053. A calota de gelo polar no Ártico está desaparecendo em função do aquecimento global, e só não desaparecerá totalmente porque é provável que as reservas mundiais de petróleo e gás natural não sejam suficientes para produzir a quantidade necessária de dióxido de carbono que possa derretê-la por completo. Mesmo as fontes mais otimistas são categóricas ao afirmar: ainda que possamos identificar e explorar novos poços de petróleo, é quase certo que esse século será o último da era do petróleo.

Como continuar produzindo, e cada vez mais, se os estoques de recursos naturais são finitos? Essa se torna uma questão fundamental em economia, e da sua resposta dependemos para que tracemos as curvas de fronteiras de possibilidades de produção.

Vejamos: as necessidades dos indivíduos são renovadas a cada momento e, por isso, ilimitadas. No entanto, os recursos pertencentes a um sistema econômico são escassos, limitados. Portanto, é necessário escolher para ter as respostas àquelas três perguntas básicas: o que e quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir?

Nosso problema é de escolha em função da escassez. De acordo com Wessels (2002, p. 11), escassez "significa que não podemos satisfazer todos os nossos desejos. Ela nos obriga a escolher quais necessidades iremos satisfazer e quais não. Mas como fazemos essa escolha?"

Um instrumento que pode nos auxiliar é representado pela curva de possibilidade de produção (CPP), visto na figura 4 a seguir:

⁹ Mais informações podem ser obtidas em: www.wwf.org.br/informacoes/index.cfm?uNewsID=16180. Acesso em 01 de novembro de 2010. Nesse site, encontra-se disponível também o download do Relatório Planeta Vivo 2008.

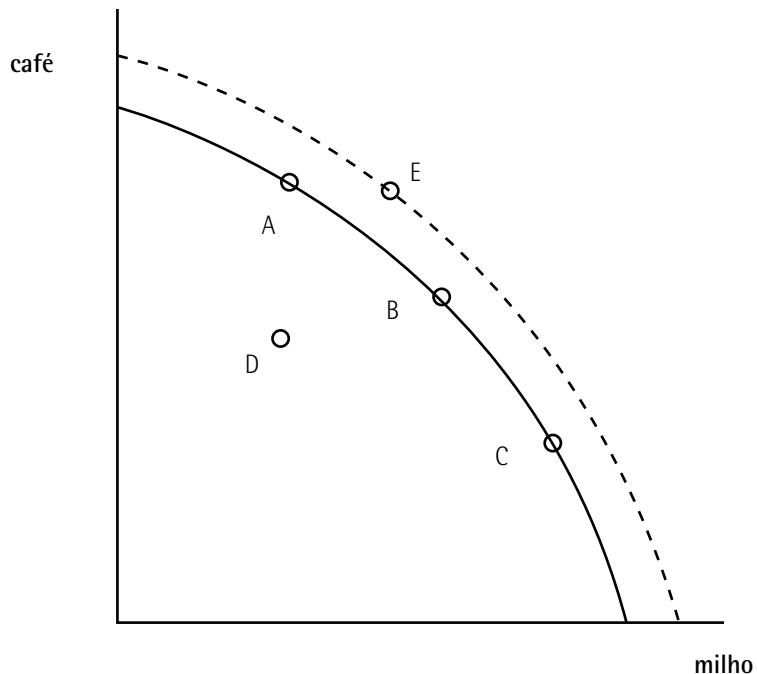


Figura 4. Curva de possibilidade de produção.

Vamos supor, inicialmente, que num sistema econômico exista somente a produção de duas mercadorias: café e milho. As quantidades de café estão representadas no eixo vertical e as quantidades de milho, no eixo horizontal. Portanto,

Y = toneladas de café

X = toneladas de milho

Essa CPP, também chamada de curva de transformação, mostra as quantidades máximas que podem ser produzidas das duas mercadorias em um sistema econômico, dadas as combinações ótimas entre os seus fatores de produção disponíveis.

Dito de outra forma, ao simplificarmos demasiadamente a realidade, estamos supondo que, para a produção de café e de milho, seja necessária a utilização de quantidades de fatores de produção e que, nesse caso, todos os recursos disponíveis na economia estão sendo usados na produção dessas duas mercadorias. Estamos afirmando que todas as quantidades disponíveis de terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial foram destinadas à produção das máximas quantidades de cada uma dessas mercadorias em atendimento às necessidades de consumo da população.

Vejamos o que representa cada um dos pontos marcados. Os pontos A, B e C são as combinações possíveis (e máximas) de produção das duas mercadorias. O ponto B mostra que há produção das duas mercadorias, tanto de café quanto de milho, e o ponto C indica que há produção das duas mercadorias, mas que a produção de uma só pode aumentar em detrimento da outra.

A origem dos dois eixos mostra que não há qualquer produção, nem de café nem de milho. Dessa forma, se houvesse um ponto situado na origem, ele representaria o total desemprego de recursos.

Já o ponto D mostra a capacidade ociosa da economia, pois seria como se por ele passasse uma CPP imaginária, ou seja, um ponto para dentro daquela CPP que representa as quantidades máximas que essa economia pode produzir diante da disponibilidade total de fatores de produção. O ponto D indica que há fatores de produção disponíveis que não estão sendo utilizados.

Por fim, temos o ponto E, posicionado à direita na CPP. Ele seria alcançado em uma situação de longo prazo, quando fossem aumentadas as quantidades de fatores de produção disponíveis na economia. O ponto E demonstra que houve um deslocamento das possibilidades de produção da economia no sentido de um aumento simultâneo nas quantidades produzidas das duas mercadorias. Vejamos outro exemplo numérico (Tabela 1):

Pontos	Toneladas de milho	Toneladas de café
A	0	14
B	1	12
C	2	10
D	3	7
E	4	0

Tabela 1. Possibilidades alternativas de produção de café e milho.

A tabela mostra que podemos produzir tanto milho quanto café. Caminhando entre os pontos marcados, teremos que, no ponto A, enquanto essa economia hipotética produz catorze toneladas de café, nenhuma produção de milho é possível, pois todos os fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia e capacidade empresarial) foram empregados para a produção do primeiro.

No ponto B, temos uma diminuição na quantidade produzida de café para ocorrer um aumento na quantidade produzida de milho. Nesse caso, a produção de café foi diminuída em duas toneladas para que fosse aumentada uma tonelada na produção de milho.

Em C, temos a produção de duas toneladas de milho e dez toneladas de café. Ao passarmos a economia para o ponto D, temos uma nova combinação da produção dessas duas mercadorias. Agora, são três toneladas de milho para a produção de sete toneladas de café. Finalmente, em E, teremos quatro toneladas de milho para nenhuma produção de café, situação contrária à do ponto A, ou seja, em E todos os fatores de produção foram destinados à produção de milho e nenhum para café.

Ao olharmos novamente para a tabela anterior, percebemos que, à medida que aumentamos a produção de uma das mercadorias, necessariamente diminuímos a da outra. O que isso quer dizer? Conforme aumentamos a produção de café, deixamos de utilizar fatores para a produção de milho e, portanto, uma menor quantidade de milho deve ser produzida. Dito de outra forma, quando aumentamos a produção de café, mostramos que uma maior quantidade de fatores de produção foram empregados

na produção deste e, assim, restam poucos fatores disponíveis à produção de milho. Logo, a produção deste diminui.

Ainda sobre a tabela, podemos perceber que, na passagem de A para o ponto B, aumentamos em uma quantidade a produção de milho, porém diminuimos em duas toneladas a produção de café. Algo parecido acontece quando a economia passa do ponto B para o ponto C. Agora, para produzir duas toneladas de milho, torna-se necessário diminuir em mais duas unidades a produção de café, passando então de uma produção de doze para dez.

Continuando a observar os dados da tabela, percebemos que a passagem do ponto C para o ponto D requer sacrificar ainda mais a produção de café para que a produção de milho aumente. A relação agora é que, para poder produzir três toneladas de milho, é necessário diminuir em três toneladas a produção de café. Em E, anula-se a produção de café e todos os fatores de produção disponíveis na economia foram destinados à produção de milho.

Da CP e da tabela apresentada, chegamos a mais um importante conceito em economia: o de custo de oportunidade.

De acordo com Wessels (2002, p. 11), "o custo de qualquer recurso (incluindo dinheiro, tempo, energia e bens) é o valor que os economistas chamam de custo de oportunidade: o valor mais alto daquilo que os mesmos recursos poderiam ter se produzidos em outro lugar".

Assim, o conceito de custo de oportunidade diz respeito às quantidades de uma mercadoria que deixam de ser produzidas para que sejam produzidas maiores quantidades de outra mercadoria. O custo de oportunidade pode ser entendido também como uma taxa de sacrifício: para satisfazer às necessidades de consumo da sociedade por uma maior quantidade de determinada mercadoria, devemos sacrificar essa mesma sociedade com a menor produção de alguma outra mercadoria.

Podemos dizer que, quando aumentamos em uma unidade a produção de milho, ou seja, quando passamos a economia do ponto A para o B, sacrificamos a sociedade em duas toneladas de café. Há, portanto, um custo de oportunidade de duas toneladas de café para a produção de uma tonelada de milho.

Quando essa economia avança do ponto C para o D, o custo de oportunidade de se produzir milho aumenta. Passa agora a ser de três toneladas de café, ou seja, foram aumentadas as taxas de sacrifício em trocar a produção de café pela de milho.

Ainda para Wessels (2002, p. 11),

devido à escassez, não podemos fazer tudo o que queremos nem podemos resolver todos os nossos problemas. Em outras palavras, estamos diante de compensações ou, no jargão econômico, de *trade-offs*. Podemos fazer alguma coisa, mas não outras. O custo de oportunidade é uma medida daquilo que poderia ter sido feito de outra maneira. Ele nos orienta na realização das compensações corretas.

Podemos ainda conceituar o custo de oportunidade como o que deixamos de produzir de uma mercadoria para que seja aumentada a quantidade produzida de alguma outra. A pergunta que você deve estar se fazendo agora é: como calcular o custo de oportunidade da degradação ambiental?

8.2 Crescimento versus desenvolvimento

Outro fator ainda deve ser considerado: há tempos, economistas percebem que são imensas as diferenças entre crescimento e desenvolvimento. Se o primeiro significa apenas o aumento da renda *per capita*, o segundo implica conhecer os beneficiários do aumento da renda. Em outras palavras, desenvolvimento requer distribuição de renda, para que o crescimento não seja concentrador ou excludente. Ainda, desenvolvimento requer respeito ambiental, já que isso está intrinsecamente ligado às condições de sustentabilidade da atividade econômica.

Vejamos com mais detalhes. Há muito os economistas discutem as diferenças entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento. O debate nasceu da percepção de que, apesar das elevadas taxas de desempenho econômico, vários países apresentavam baixos níveis de qualidade de vida dos seus habitantes. Essa análise fez com que os economistas elaborassem outras medidas de mensuração que não as meramente quantitativas de produção, ou de "crescimento". Quer dizer, buscou-se entender o que poderia determinar padrão de qualidade de vida, então se estabelecendo que esse padrão seria mensurador do desenvolvimento humano (incluído aí o desenvolvimento econômico); a partir daí, criaram-se indicadores para que o padrão pudesse ser determinado. De uma forma extremamente simplificada, buscou-se entender não apenas o tamanho do "bolo" (representativo da produção de bens e serviços), mas o quanto ele poderia saciar a fome das pessoas.

O raciocínio é simples: o fato de um bolo ser grande ou pequeno não significa que ele tem condições de saciar a fome das pessoas. Se forem poucas pessoas, é possível que todas fiquem satisfeitas; se o bolo for pequeno, se as pessoas forem poucas, mas uma delas ficar com metade, a satisfação será menor. O mesmo raciocínio vale para um bolo grande e um contingente enorme de pessoas. Ainda, se o bolo aumentar, mas o número de pessoas aumentar mais do que o crescimento do bolo, é bem provável que a insatisfação persista. Dessa forma, o crescimento seria dado pelo "tamanho do bolo"; em contrapartida, o desenvolvimento seria dado pela saciedade das pessoas ao se alimentar dele. Mais: não seria suficiente o "tamanho médio" de cada fatia do bolo para que se pudesse concluir pela saciedade ou não das pessoas; haveria que se saber o quanto de justiça teria sido utilizada para a divisão do bolo.

Vejamos então as medidas de crescimento e desenvolvimento.

a) medidas de crescimento: o Produto Nacional Bruto (PNB) e o PIB

O PNB e o PIB são medidas que possibilitam mensurar o "tamanho do bolo". O PNB *per capita* e o PIB *per capita* dão a noção de média de apropriação do produto por habitante: o PNB *per capita* dá o valor de cada parcela de PNB apropriada por habitante; da mesma forma, o PIB *per capita* dá o valor de cada parcela do PIB apropriada por habitante. Vejamos, então, a diferença entre os dois conceitos:

O PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços produzidos no país (ou na região considerada) em determinado período de tempo. Para o seu cálculo, ele descarta a renda do exterior, tanto a recebida quanto a enviada. Considerando-se N o número de habitantes, o PIB *per capita* será dado por:

$$\text{PIB per capita} = \text{PIB}/N$$

O PNB difere do PIB porque considera tanto as rendas enviadas para o exterior quanto as recebidas pelo exterior. Assim:

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{Ree} \text{ (receita enviada para o exterior)} + \text{Rre} \text{ (receita recebida do exterior).}$$

O PNB *per capita* será dado por:

$$\text{PNB per capita} = \text{PNB}/N$$

Nos países em desenvolvimento, o PNB é menor do que o PIB. Isso ocorre porque, nessas nações, há considerável remessa de lucros para o exterior.

b) medidas de desenvolvimento: o IDH, a curva de Lorenz e o índice de Gini

- O IDH

A mensuração do desenvolvimento humano feita por meio do IDH, sobre o qual já falamos, se contrapõe ao conceito de crescimento econômico. Parte-se do princípio de que, "para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana" (PNUD Brasil).

O índice, desenvolvido pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen é construído levando-se em conta:

- a) o PIB *per capita* (corrigido pelo poder de compra da moeda);
- b) a longevidade (medida pela expectativa de vida ao nascer);
- c) a educação (avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em instituições de ensino).

O IDH é interpretado da seguinte forma:

IDH $> 0,9$ = desenvolvimento humano muito elevado

IDH $< 0,9$ = desenvolvimento humano elevado

$DH < 0,7$ = desenvolvimento humano médio

$IDH < 0,5$ = desenvolvimento humano baixo

Portanto, quanto mais próximo de um, maior será o desenvolvimento humano.

- **a curva de Lorenz**

A curva de Lorenz, a seguir representada, forma-se pela união dos pontos bidimensionais obtidos pelos eixos X e Y: no eixo X, temos a proporção acumulada da população; no eixo Y, a da renda apropriada (Ipece, 2006).

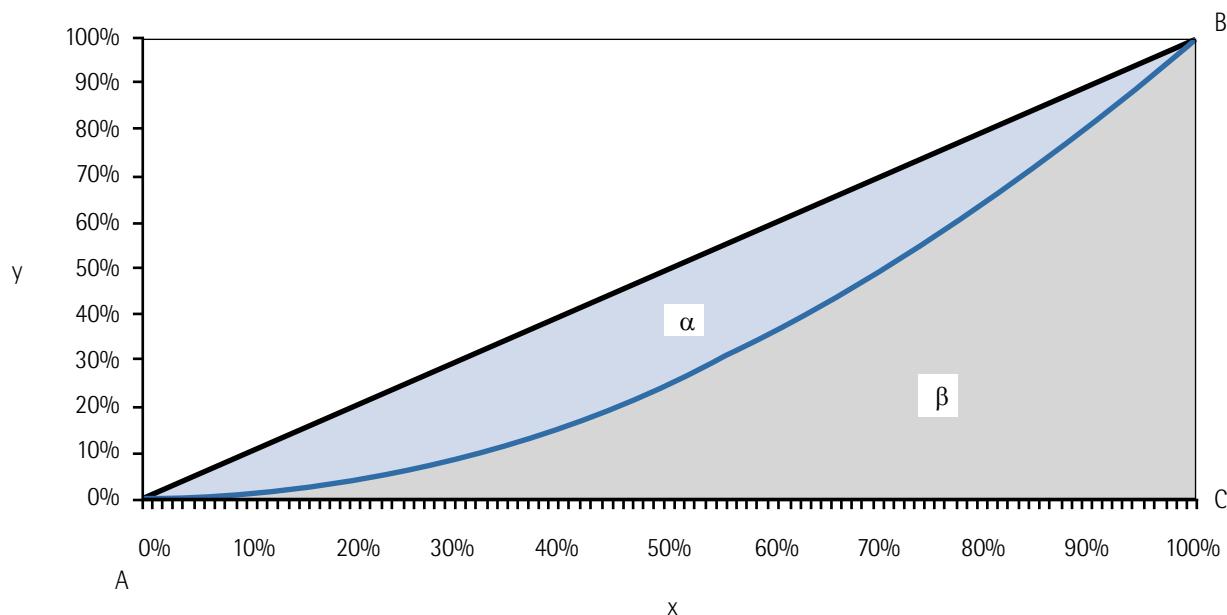


Figura 5. Curva de Lorenz¹⁰.

Se a distribuição for perfeita, teremos a curva na forma de uma reta de 45 graus: por exemplo, 20% da população se apropriarão de 20% da renda. Assim, quanto maior a "barriga" (a área representada por α), mais desigual será a distribuição de renda. Na figura, por exemplo, aproximadamente 50% da população se apropria de 20% da renda.

- **o índice de Gini**

O índice de Gini, segundo o PNUD Brasil,

mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de zero, quando não há desigualdade (a renda

¹⁰ Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_14.pdf. Acesso em: 14 de outubro de 2010.

de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a um, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Assim, o índice é uma medida que objetiva "corrigir" os valores médios obtidos por meio do quociente entre produto e população. Ele não representa o "tamanho médio da fatia do bolo", mas quanto justa é a divisão do bolo.

Veja novamente a figura relativa à curva de Lorenz. Geometricamente, o índice de Gini é obtido pelo quociente entre α e a soma entre α e β , da seguinte forma:

$$G = \alpha / (\alpha + \beta)$$

Se a desigualdade é zero, quer dizer, se a distribuição de renda é perfeita, α é igual a zero; portanto, $G = 0$. Se, hipoteticamente, um único indivíduo se apropriar de toda a renda, β tenderá a zero e G tenderá a um. Quanto maior a "barriga" representada por α , maior será o valor de G .

Um exemplo interessante para compreendermos, na prática, a diferença entre crescimento e desenvolvimento é o caso da China. Há anos, esse país vem conquistando elevados índices de crescimento do seu PIB, como se pode ver na figura 6:

Média do período = 10,1%

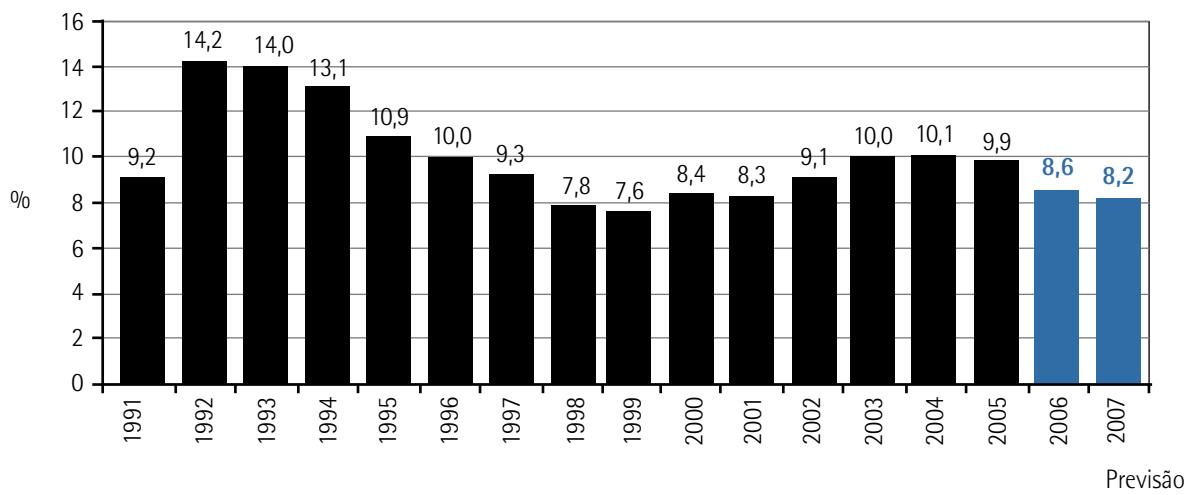


Figura 6. PIB na China, de 1991 a 2007¹¹.

É provável que esse crescimento tenha implicado melhora no padrão de qualidade de vida da população, especialmente porque o crescimento populacional no país vem se mantendo constante e

¹¹ Disponível em: http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=2325. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

porque o seu IDH se situa no bloco daqueles países de desenvolvimento médio. Ainda, a China foi a nação cujo IDH alcançou maiores taxas de crescimento nos últimos anos: em 1990, era de 0,607; em 2006, de 0,762. No entanto, esse crescimento significa desenvolvimento sustentável? Não necessariamente. Segundo Thomas e Calan (2010, p. 25),

O rápido crescimento econômico da China tornou-se uma faca de dois gumes. Embora os 1,3 bilhão de residentes estejam gozando de maior prosperidade, a qualidade dos recursos, como ar, água e solo do país, tem se deteriorado severamente. Apesar de significantes somas terem sido dedicadas à limpeza ambiental, alguns danos ecológicos ainda ocorrem, praticamente sem fiscalização alguma. De fato, muitos dos esforços atuais para mitigar a poluição focaram os pontos altamente visíveis, os grandes centros urbanos, como Pequim e Xangai, deixando as cidades menores e as comunidades rurais amargurarem uma desproporcional exposição à água contaminada e ao ar poluído naquele país. (...) Na China, o dano ambiental tem se tornado tão severo que seu avanço econômico está sendo comprometido pela falta de água limpa, produtividade baixa associada a problemas de saúde induzidos pela poluição, e outros danos que limitam a produção. Economistas estimam que esse efeito seja de até 7% do PIB chinês ao ano, um considerável aumento, se considerarmos os 3% ao ano na década de 1990.

8.3 Estado mínimo versus welfare state

Finalmente, o terceiro problema está relacionado aos conflitos entre os modelos de Estado mínimo e *welfare state* (Estado do bem-estar). Entre o Estado que nada intervém na economia e o Estado que chama para si a tarefa de planejar e orientar a atividade econômica, há variantes. Segundo Sachs (1994, pp. 11-12), fazem-se necessárias

formas de articulação entre as esferas de ação pública e privada, transcendendo a dicotomia simplista *Estado x Mercado* e explorando-se diversos *modi operandi* com a participação de formas de organização, propriedades lucrativas (públicas, cooperativas, comunitárias) e não lucrativas (privadas, individuais e coletivas); [é necessária a] busca por novas formas de parceria entre os protagonistas sociais do desenvolvimento, com atenção especial à cooperação entre autoridades públicas, empresas e organizações civis que ofereçam proposições concretas ao postulado de participação popular em processos de desenvolvimento, explorando com esse fim as várias experiências sociais – passado e presente – em auto-organização, ajuda mútua e ação coletiva.

Dessa forma, é necessária a percepção dos seguintes aspectos:

- a) desenvolvimento pressupõe interdependência entre a democracia social, a ambiental e a econômica;

- b) o emprego deve ser estimulado, seja pela valorização do trabalho de alto valor social agregado, seja pela concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento condicionados pela aplicação dos recursos em projetos de mão de obra intensiva;
- c) os países devem fazer acordos sobre proteção ambiental: o desrespeito e a degradação ambiental não podem permitir vantagens comparativas e de mercado. Segundo Yunus (2008, p. 223), "a dinâmica da concorrência capitalista é tal que as organizações que não prejudicam o meio ambiente e as relações sociais podem ter uma desvantagem no mercado, pelo menos a curto prazo, ao passo que aquelas que economizam dinheiro poluindo à vontade poderão levar vantagem";
- d) o pequeno empreendimento deve ser fortalecido, em detrimento aos investimentos em empresas de grande porte. Ainda, deve-se estimular a agricultura familiar e os minifundios;
- e) o fim da fome e da pobreza deve ser a meta de todos os países, e os desenvolvidos devem escolher formas de alocação de recursos que obedecam aos critérios de sustentabilidade social, ambiental e econômica, especialmente avaliadas a partir do prisma social.

Entre a crença na eficácia da "mão invisível do mercado" e a fé na centralização e planificação econômica, há outras possibilidades. Horrorizado com a fome e com a imobilidade social em Bangladesh, um economista acabou criando um banco especializado no fornecimento de empréstimos a pobres¹². Esses empréstimos, concedidos preferencialmente a mulheres (já que elas seriam mais pródigas na utilização dos recursos em prol do bem-estar da família), hoje já atingiram 80% das famílias pobres, e a expectativa é que a totalidade seja alcançada até 2010.

Hoje, o Banco Grameen oferece empréstimos a praticamente sete milhões de pobres, 97% deles mulheres, em 73 mil aldeias de Bangladesh. O Banco Grameen oferece às famílias pobres empréstimos sem caução para a geração de renda, para a habitação, empréstimo estudantil e financiamento de microempresas, além de fornecer a seus clientes uma série de produtos atraentes, como poupança, fundos de previdência e seguros. Desde que surgiram em 1984, os empréstimos habitacionais foram usados para a construção de 640 mil casas. (...) Desde a inauguração, o banco concedeu empréstimos num total aproximado de seis bilhões de dólares. A taxa de liquidação dos empréstimos é de 99%. Em geral, o Banco Grameen obtém lucro. Ele não depende financeiramente de terceiros e não recebe dinheiro de doações desde 1995. Os depósitos e os recursos próprios do Banco Grameen atualmente chegam a 143% de todos os empréstimos em aberto. De acordo com uma pesquisa interna do banco, 58% dos nossos tomadores de empréstimo ultrapassaram a linha da pobreza (Yunus, 2008, p. 240).

¹² Pelo projeto do Banco Grameen, Muhamad Yunus acabou ganhando o Prêmio Nobel da Paz em 2006. A trajetória da criação do banco está brilhantemente escrita na obra *O banqueiro dos pobres*, de Yunus. Sugerimos fortemente a leitura desse livro, já que se trata de uma iniciativa bem-sucedida de erradicação da pobreza dentro dos termos da própria economia de mercado.

Saiba mais

Segundo notícia do site Globo.com de 4 de novembro de 2010, o Brasil ocupa a 73^a posição entre 169 países no IDH 2010.

O relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para 2010, divulgado nesta quinta-feira (4), mostra o Brasil na 73^a posição entre 169 países. Os cinco primeiros colocados são, pela ordem, Noruega, Austrália Nova Zelândia, Estados Unidos e Irlanda. Os cinco últimos são Zimbábue, República Democrática do Congo, Níger, Mali e Burkina Faso. (...) Segundo o relatório deste ano, o IDH do Brasil apresenta "tendência de crescimento sustentado ao longo dos anos". (...) De acordo com o relatório, o rendimento anual dos brasileiros é de US\$ 10.607, e a expectativa de vida, de 72,9 anos. A escolaridade é de 7,2 anos de estudo, e a expectativa de vida escolar é de 13,8 anos.

EXERCÍCIOS

1) A curva de possibilidades de produção (CPP) revela as máximas quantidades produzidas de dois bens ou serviços alternativos, tendo em vista os recursos disponíveis na economia. Admita que uma economia hipotética apresente as seguintes alternativas de produção, em milhões de unidades:

Opções	Bens agrícolas	Bens industriais
A	0	50
B	10	40
C	20	10
D	30	0

Com base nos dados dessa tabela, podemos considerar que:

I – Se a sociedade deseja produzir, com base na opção C em relação à B, 10 milhões de unidades adicionais de bens agrícolas, só conseguirá diminuindo na mesma quantidade o que produzia em termos de bens industriais.

II – Se a sociedade deseja produzir, com base na opção B em relação à A, 10 milhões de unidades adicionais de bens agrícolas, poderá fazê-lo sacrificando 40 de bens industriais.

III – Se a sociedade deseja produzir, na alternativa D em relação à opção C, 10 milhões de unidades adicionais de bens agrícolas, precisará abandonar a produção de 40 milhões de unidades de bens industriais.

Com relação a essas proposições, podemos considerar que:

- a) apenas a III está correta;
- b) todas estão incorretas;
- c) estão corretas I e II;
- d) estão corretas II e III;
- e) todas estão corretas.

2) (Enade 2006) Segundo dados recentes do Banco Mundial, o Brasil ocupou as seguintes posições em termos de ordenamento internacional:

8º PNB

31º PNB *per capita*

72º IDH

Considerando esses dados, conclui-se que:

- a) eles refletem melhor desempenho em termos de desenvolvimento do que de crescimento econômico;
- b) o Brasil poderia ter uma situação pior na classificação, em termos de produto *per capita*, caso fosse considerado o PIB e não o PNB;
- c) o IDH é melhor indicador que o PNB *per capita* para avaliar a qualidade do desenvolvimento de um país;
- d) o índice de Gini, relativo à distribuição de renda, coloca o Brasil numa posição, entre os demais países, similar à de seu PNB;
- e) dos três indicadores, o IDH é o que menos reflete a realidade socioeconômica brasileira.

3) Segundo o PNUD¹³,

o objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do

¹³ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh>. Acesso em 1 de novembro de 2010.

economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Além de computar o PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

Considere o publicado pelo site Globo.com¹⁴ em 5 de outubro de 2009:

Estudo divulgado nesta segunda-feira (5) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que o Brasil perdeu cinco posições no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No relatório divulgado em novembro de 2008, o país estava em 70º lugar, com índice de 0,807. No levantamento divulgado nesta segunda, o índice de IDH no Brasil cresceu a 0,813, mas não evitou que o país descesse ao 75º lugar.

Os textos referidos nos permitem entender que:

- I – O IDH do Brasil permaneceu estável, apesar de ter caído cinco posições;
- II – Alguns países aceleraram o crescimento, mas há outros que estão acelerando mais, o que explica o ocorrido com o Brasil, que teria crescido menos em 2009 do que outros países cresceram.
- III – O ingresso de novos países na análise comparativa de IDH em 2009, elevando a lista de 179 para 182 nações, pode ser o responsável pelo ocorrido no caso brasileiro.

Considerando essas afirmativas, pode-se dizer que:

- a) todas estão corretas;
- b) apenas a I está correta;
- c) apenas a II está correta;
- d) apenas a III está correta;
- e) todas estão incorretas.

¹⁴ Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1329072-5598,00_IDH+DO+BRASIL+MELHORA+E+PAIS+OCUPA+A+POSICAO+EM+RANKING.html. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

4) Leia o texto a seguir, publicado pelo site UOL Notícias em 2009¹⁵:

A expectativa de vida é um indicador que puxa para baixo a posição do Brasil no *ranking* do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Se esse fator fosse considerado isoladamente, a posição brasileira na lista seria a 81^a. No *ranking* de nações divulgado nesta segunda-feira (5) pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil aparece na 75^a posição, com uma expectativa de vida de 72,2 anos, em média.

Considerando o texto, pode-se concluir que estão de acordo as seguintes assertivas:

I – É necessário defender um aumento na expectativa de vida para melhorar o IDH do país, e essa melhora poderia vir com o aumento de recursos para a área da saúde.

II – A desigualdade de renda no país se reflete na expectativa de vida, já que, ao mesmo tempo em que encontramos localidades com expectativa acima de 80 anos, em outros lugares, a média é de 60 anos.

III – Uma das principais causas da expectativa de vida no país ainda não ser a ideal pode ser a mortalidade infantil. Em regiões mais pobres do Brasil, onde as mães têm nível educacional inferior, o índice chega a 119 crianças mortas a cada mil, taxa superior a alguns países africanos.

Considerando as afirmativas anteriores, pode-se dizer que:

a) todas estão incorretas;

b) apenas a I está correta;

c) apenas a II está correta;

d) apenas a III está correta;

e) todas estão corretas.

5) Leia o primeiro texto da questão 3 (definição de IDH para o PNUD) e, depois, observe os dados da listagem a seguir.

A listagem¹⁶ apresenta os resultados de IDH para alguns países:

¹⁵ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/10/05/ult1859u1609.jhtm>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

¹⁶ Idem.

Unidade IV

Noruega: 0,971; Austrália: 0,970; Islândia: 0,969; Canadá: 0,966; Irlanda: 0,965; EUA: 0,956; Chile: 0,878; Brasil: 0,813; Serra Leoa: 0,352; Afeganistão: 0,352; Níger: 0,340

Com base naquele texto da questão 3 e nessa listagem, pode-se afirmar que:

- I – A Noruega apresenta um padrão de bem-estar social mais elevado que a Austrália;
- II – O Afeganistão tem, necessariamente, resultados de longevidade populacional superiores aos de Níger;
- III – Serra Leoa e Afeganistão apresentam, necessariamente, os mesmos resultados em relação à renda *per capita*, corrigida pelo poder de compra da moeda de cada país.

Sobre as afirmativas:

- a) apenas a I está incorreta;
- b) apenas a II está incorreta;
- c) apenas a I está correta;
- d) apenas a II está correta;
- e) todas estão corretas.

Resolução dos exercícios

1. b) todas estão incorretas.

As assertivas não correspondem ao cálculo dos respectivos custos de oportunidade.

2. c) o IDH é melhor indicador que o PNB *per capita* para avaliar a qualidade do desenvolvimento de um país.

Quando se trata de medir o desenvolvimento de um país, o IDH é um parâmetro melhor do que o PNB *per capita*.

3. a) todas estão corretas.

Embora o Brasil tenha caído de posição, seu IDH permaneceu razoavelmente estável. Alguns dos motivos que podem ter causado esse processo incluem a inserção de novos países no estudo ou o fato de outros países terem crescido mais do que o Brasil. Portanto, as três afirmativas estão corretas.

4. e) todas estão corretas.

Todas as assertivas estão de acordo com o texto.

5. a) apenas a I está incorreta.

Todas as demais não encontram explicação nos dados apresentados.

O que você pensa a respeito da afirmação a seguir, do economista Yunus (2008, p. 246)?

Vamos pensar um pouco mais?

Acredito que podemos criar um mundo sem pobreza porque ela não é criada pelos pobres. Ela é criada e mantida pelo sistema econômico e social que elaboramos para nós mesmos; as instituições e os conceitos que fazem parte desse sistema; as políticas que seguimos.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O mundo globalizado: política, sociedade e economia*. São Paulo: Contexto, 2006.

BAUMANN, Renato. *Economia internacional: teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BESANKO, David; BRAEUTIGAM, Ronald. *Microeconomia: uma abordagem completa*. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORREA, Hugo Figueira. *Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico*. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2252>. Acesso em: 30 de agosto de 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. *Inflação e recessão: a teoria da inércia inflacionária*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRUE, Stanley L. *História do pensamento econômico*. Tradução de Luciana Penteado Miquelino. 1. ed. (reimp.). São Paulo: Thomson, 2006.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Unicamp, 1995.

CEARÁ. Ipece. Seplan. *O índice de Gini como medida da concentração da renda*. Nota Técnica n. 14. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2006.

CERQUEIRA, Hugo E. A. Gama. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. *Síntese*, v. 28 (3), 2001. pp. 391-405.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã VM, 1996.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1987.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do terceiro mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FERGUSON, C. E. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 5. ed., 1983.

HEILBRONER, Robert. *A formação da sociedade econômica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *A história do pensamento econômico*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

HEILBRONER, Robert L.; MILBERG, William. *A construção da sociedade econômica*. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUBBARD, R. Glenn; O'BRIEN, Anthony Patrick. *Introdução à economia*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JORGE, F. T.; MOREIRA, J. O. C. *Economia: notas introdutórias*. São Paulo: Atlas, 1990.

JUDENSNAIDER, Ivy. *Crônica de uma crise anunciada*. Disponível em: <http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&tpid=1185>. Acesso em: 21 maio 2009.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MANZALLI, Maurício F. *A pequena e média empresa industrial nos anos 90: a produtividade e a competitividade numa economia globalizada*. São Paulo: PUC, 2000.

MANZALLI, Maurício F.; GOMES, José Carlos da Silva. Novos papéis das instituições de Bretton Woods. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 6, 2006. pp. 85-110.

MARX, K. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTEI, Lauro. *Breves considerações sobre a globalização*. In: II Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 1997. *Anais*. v. II. pp. 65-77.

MEDEIROS, José Adelino. *Polos tecnológicos: ilhas ou arquipélagos?* In: *São Paulo em Perpectiva*. v. 9, n. 3, 1995. pp. 80-86.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. *Princípios de economia*. 4. ed. São Paulo: Thomson, 2003.

NUSDEO, F. *Curso de economia*. Introdução ao direito econômico. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 24.

PNUD BRASIL. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh>. Acesso em 14 de outubro de 2010.

RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. *O que é inflação*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SACHS, Ignacy. *O problema da democracia econômica e social*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 de agosto de 2009.

SAMUELSON, Paul A. *Introdução à análise econômica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, R. C. De Smith a Marx: a economia política e a marxista. In: Diva Benevides Pinho, D. B.; Vasconcelos, M. A. S. (org.). *Manual de economia dos professores da USP*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SCHWARZ, Henrique. *Três axiomas da economia ecológica*. Economia Global e Gestão. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442009000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 de novembro de 2010.

SILVEIRA, Emerson José Sena. *Antropologia e economia*: contribuições à crítica a utopia de mercado e a importância cultural do consumo. Disponível em: http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_90002.pdf. Acesso em: 30 de agosto de 2009.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

_____. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Unidade IV

THOMAS, Janet M.; CALAN, Scott J. *Economia ambiental: aplicações, políticas e teoria*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

WESSELS, Walter. *Microeconomia: teoria e aplicações*. São Paulo: Saraiva, 2002.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2008.

